

Edição nº 40 – 17 a 21 de julho

VITÓRIAS DO GOVERNO NO CONGRESSO

Em semana positiva para o Planalto, Senado e Câmara aprovaram medidas alinhadas às agendas defendidas pelo governo, o que significou uma vitória para o presidente Michel Temer em meio à crise política.

Na terça-feira o plenário do Senado Federal aprovou a Reforma Trabalhista. O texto-base do PLC 38/2017 foi aprovado por 50 votos favoráveis, 26 contrários e uma abstenção. O projeto alterou a CLT e outras normas trabalhistas em diversos temas, tais como: i) prevalência das negociações sindicais; ii) nova definição de grupo econômico; iii) regulamentação do home office dentre outros pontos. Essa foi uma das principais propostas legislativas encaminhadas pelo governo Temer e surpreendeu pela rapidez com que foi aprovada, com menos de sete meses de tramitação no Congresso.

Já na quinta-feira, 13, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados rejeitou o relatório do deputado Sergio Zveiter (PMDB-RJ), que pedia a aceitação da denúncia e o encaminhamento do processo, com o devido afastamento de Temer por até 180 dias.

Logo na sequência da votação que rejeitou o relatório favorável à denúncia, o presidente da CCJC, deputado Rodrigo Pacheco (PMDB-MG), apontou o deputado Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG) como relator de um novo parecer correspondente à vontade da maioria da Comissão, ou seja, contra o prosseguimento da

denúncia, que foi aprovado. Tal fato representou uma vitória parcial para o governo que ganhou força para barrar a denúncia.

Agora, o relatório do deputado Abi-Ackel deve ser analisado pelo plenário da Câmara dos Deputados. A denúncia contra o presidente Temer necessita de 342 votos favoráveis para o seu prosseguimento. O presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou que a denúncia será analisada no plenário da Câmara dos Deputados no dia 2 de agosto.

Na última semana também foi aprovada pelo Congresso Nacional a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2018, que tem por objetivo ordenar os gastos públicos, orientando a elaboração e execução do orçamento do próximo ano. O projeto aprovado prevê um déficit de R\$ 131,3 bilhões para o ano de 2018, além de trazer uma previsão de reajuste de 4,4% no valor do salário mínimo para o próximo ano, chegando ao valor de R\$ 979,00.

Com a aprovação da proposta de LDO, o Congresso Nacional entrará em recesso por 14 dias a partir da próxima terça-feira (18), conforme prevê a Constituição Federal. O intervalo sem atividades vai até o dia 1º de agosto, durante o qual estarão suspensas as atividades e os prazos legislativos, como o das medidas provisórias em análise no Congresso.

Em virtude do recesso parlamentar, não haverá edição do 7 Dias no Poder nas próximas semanas.

FIQUE DE OLHO

- Comissão Mista aprova MP do Programa de Regularização Tributária.
- Comissão da Câmara dos Deputados aprova incentivos fiscais para veículos movidos a gás.

7 Dias no Poder é um informativo do Grupo de Relações Governamentais de TozziniFreire Advogados e visa relatar os principais itens em pauta nos Poderes Legislativo e Executivo Federais.

A pauta está sujeita a alterações.

Sócios responsáveis: **Claudio Timm** (ctimm@tozzinifreire.com.br) e

Luz Fernando Visconti (lvisconti@tozzinifreire.com.br).

www.tozzinifreire.com.br

DESTAQUES DA ÚLTIMA SEMANA

FIQUE DE OLHO

COMISSÃO MISTA APROVA MP DO PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

Na última quinta-feira (13), a Comissão Especial Mista da Medida Provisória nº 783/2017, que institui o Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovou o parecer do relator, deputado Newton Cardoso Jr (PMDB-MG), que promoveu alterações à redação original. Assim, a matéria agora tramita como Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 23/2017.

Entre as mudanças feitas à redação original da MP está o aumento do desconto nos juros e multas para até 99%. O relator ainda incluiu disposição que permite o parcelamento de dívidas fruto de multas por sonegação e de impostos retidos na fonte.

O objetivo inicial do governo era estimular a adesão das empresas ao novo programa, mas as alterações feitas pelo relator não foram bem recebidas pelo Ministério da Fazenda, que vê risco ao cumprimento da meta fiscal deste ano devido ao perdão de cerca de 73% da dívida a ser negociada no programa de parcelamento.

O texto ainda precisará ser submetido à deliberação dos plenários da Câmara e do Senado Federal antes do término da vigência da medida, em 11 de outubro.

ELEITA A MESA DA COMISSÃO MISTA QUE ANALISARÁ A MP Nº 784/2017

Na última terça-feira, foi eleita a mesa da Comissão Mista do Congresso Nacional encarregada de analisar

a MP 784/2017, que dispõe sobre o processo administrativo sancionador nas esferas de atuação do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliário (CVM). Foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, o deputado Fabio Garcia (PSB-MT) e o senador Lasier Martins (PSD-RS), e designados relatora e relator-revisor, respectivamente, a senadora Lídice da Mata (PSB-BA) e o deputado Alfredo Kaefer (PSL-PR).

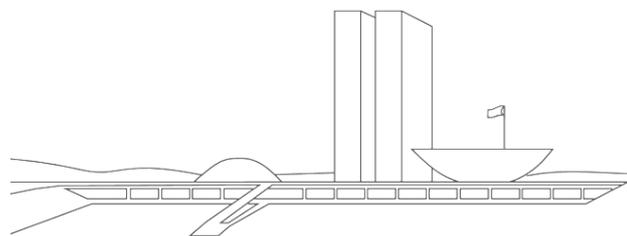
FIQUE DE OLHO

CDEICS/CD APROVA INCENTIVOS FISCAIS PARA VEÍCULOS MOVIDOS A GÁS

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS), da Câmara dos Deputados, aprovou, na última quarta-feira, o PL nº 4.763/2016, que dispõe sobre incentivos fiscais para produção de veículos movidos a gás, nos termos do parecer apresentado pelo relator, deputado Jorge Côrte Real (PTB-PE). Agora, o projeto seguirá à Comissão de Minas e Energia (CME) para deliberação.

CSPCCO/CD APROVA PL QUE ESTABELECE COMO CONDIÇÃO PARA FRUIÇÃO DE BENEFÍCIOS NA EXECUÇÃO DA PENA A REPARAÇÃO DO DANO

Na quarta-feira que se passou, a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO), da Câmara dos Deputados, aprovou o PL nº 574/2015, que altera a legislação penal para estabelecer a reparação do dano causado pela infração como condição à fruição de benefícios no cumprimento da pena, em consonância com o parecer do relator, deputado Major Olimpio (SD-SP). A proposição seguirá agora à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) para apreciação.



GLOSSÁRIO

PEC: Proposta de Emenda à Constituição
PLP: Projeto de Lei Complementar na Câmara
PLR: Projeto de Lei Complementar no Senado
PL: Projeto de Lei Ordinária na Câmara
PLC: Projeto de Lei Ordinária da Câmara no Senado
PLS: Projeto de Lei Ordinária do Senado no Senado
MP: Medida Provisória

PLV: Projeto de Lei de Conversão
PRC: Projeto de Resolução da Câmara
PRS: Projeto de Resolução do Senado
PDC: Projeto de Decreto Legislativo da Câmara
PDS: Projeto de Decreto Legislativo do Senado
PFC: Proposta de Fiscalização e Controle
RCP: Requerimento de Constituição de CPI
REQ: Requerimento
VET: Veto